

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIOS DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL, DA EDUCAÇÃO E DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR.

Despacho n.º 4163/2008

Considerando que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2007, de 9 de Maio, criou a Estrutura de Missão “Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida” e designou os Ministros do Trabalho e da Solidariedade Social, da Educação e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior como as autoridades nacionais de referência para a execução e gestão do “Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida 2007-2013”, nos termos e para os efeitos do disposto na Decisão n.º 2006/1720/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 15 de Novembro de 2006;

Considerando que nos termos do n.º 14 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2007, o director e o director-adjunto da Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida são nomeados por despacho conjunto do Primeiro-Ministro e dos membros do Governo responsáveis pelas áreas do trabalho, da solidariedade social, da educação e do ensino superior;

Atendendo a que, de acordo com o disposto no n.º 13 do referido diploma, o director da Agência Nacional é equiparado a responsável de estrutura de missão, com estatuto remuneratório correspondente a titular de cargo de direcção superior de 1.º grau;

Considerando, por último, a necessidade de nomear o director da Agência Nacional e que a licenciada Maria Isabel Duarte, é possuidora de perfil académico e profissional demonstrativo de aptidão e experiência profissional, adequados ao exercício do referido cargo, evidenciados pelo curriculum vitae, publicado em anexo ao presente despacho e que deste faz parte integrante;

Assim, ao abrigo das disposições conjugadas do n.º 10 do artigo 28.º da Lei n.º 4/2004, de 15 de Janeiro, na redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e pelo Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, 1, 4 e 5 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro e dos n.os 13.º e 14.º da Resolução do Conselho de Ministros n.º 67/2007, de 9 de Maio, determina-se:

1 — Nomear a licenciada Maria Isabel Duarte para exercer o cargo de director da Agência Nacional para a Gestão do Programa de Aprendizagem ao Longo da Vida.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2008.

23 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — O Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social, *José António Fonseca Vieira da Silva*. — A Ministra da Educação, *Maria de Lurdes Reis Rodrigues*. — O Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, *José Mariano Rebelo Pires Gago*.

ANEXO

Síntese curricular

Maria Isabel Duarte, socióloga e docente universitária, nasceu em Belmonte em 1961, é licenciada em sociologia pelo Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa (ISCTE) e realizou um Diplôme d’Etudes Approfondies em Ciências Sociais Aplicadas ao Desenvolvimento, na Université François Rabelais de Tours.

Iniciou a actividade profissional como docente do Departamento de Sociologia do ISCTE em 1984, actividade que mantém até hoje. No âmbito desta actividade foi membro do conselho científico e coordenadora executiva de mestrados e cursos de especialização, tem ministrado aulas nas licenciaturas e em diversos mestrados em disciplinas centradas nas questões urbanas e territoriais e em planeamento e avaliação, orienta alunos nos seus trabalhos de dissertação para obtenção da Licenciatura em Sociologia e em Sociologia e Planeamento e foi responsável, durante mais de cinco anos, pela colocação em estágio de alunos destas licenciaturas. É responsável, desde 2006, pela concepção e implementação do Observatório de Inserção dos Diplomados do ISCTE. Faz parte do Conselho de Departamento de Sociologia.

Em 1998 foi nomeada Coordenadora Geral do Sistema de Observação dos Percursos de Inserção dos Diplomados do Ensino Superior (ODES), então tutelado pelo Ministério do Trabalho e Solidariedade e pelo Ministério da Educação, cargo que desempenhou até 2000. Em 2006 foi nomeada Coordenadora do Grupo de Avaliação e Acompanhamento da Implementação da Reforma do Ensino Secundário (GAAIRES) e do Observatório dos Trajectos dos Alunos do Ensino Secundário (OTES), com grupos de trabalho sediados na DGIDC e no GEPE, respectivamente.

Foi membro do conselho editorial da revista editada pelo Centro de Estudos Territoriais do ISCTE (CET/ISCTE), “Cidades. Comunidades e territórios”. É investigadora do CET/ISCTE desde 1990, centro a que já presidiu e no âmbito do qual tem desenvolvido trabalhos de investigação, de avaliação e de consultoria em diversas áreas, com principal destaque para as áreas de Sociologia da Educação, do Desenvolvimento Local e do Combate à Exclusão Social. Entre vários trabalhos realizados destacam-se: a coordenação dos estudos Avaliação do Programa Escolhas 2ª Geração, realizado para o Alto Comissário para a Imigração e Minorias Étnicas, Avaliação Temática da Medida 5.1 do POEFDS — Apoio ao Desenvolvimento Social e Comunitário, realizado para a Unidade de Gestão do POEFDS, avaliação EX-POST do Programa Operacional Now em Portugal, realizado para o IEFP e Indicadores de Avaliação da Execução das Políticas de Promoção da Igualdade de Oportunidades, realizado para a Comissão para a Paridade da Assembleia da República. Participou como investigadora nos projectos Riscos Educativos no Ensino Básico, realizado para a Fundação Calouste Gulbenkian e no Plano Estratégico para a Acção Social, realizado para o ISSS. Foi responsável pela avaliação de candidaturas ao programa EQUAL e ao eixo NOW e Integra da Iniciativa Comunitária Emprego — 3ª fase e foi membro do júri do Concurso Nacional S@ber+, promovido pela ANEFA em 2001.

No âmbito da participação em trabalhos realizados para a Comissão Europeia destacam-se: a gestão do estudo Identificação das Acções a Implementar no Âmbito do 8º FED PIR-PALOP, realizado para a DGVIII; a coordenação executiva dos estudos EUROFEMMES — Centres de Ressources Femmes et Citoyenneté e Étude de Faisabilité Pour Assurer L’animation Nationale à la Formation Professionnelle des Femmes ambos realizados para a DGV, e a participação no estudo Evaluation of Horizon in Portugal, realizado para a ECOTEC/CE.

É autora e co-autora em revistas e publicações nacionais e estrangeiras.

PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS E MINISTÉRIO DA CULTURA

Despacho n.º 4164/2008

1 — Nos termos do disposto no n.º 3 do artigo 12º do Decreto-Lei n.º 215/2006, de 27 de Outubro, que aprova a Lei Orgânica do Ministério da Cultura e, ainda, no n.º 1 do artigo 3º do Decreto Regulamentar n.º 81/2007, de 30 de Julho, que aprova a Lei Orgânica da Inspeção-Geral das Actividades Culturais e ao abrigo do disposto no n.º 1 do artigo 18º e nos n.os 1, 4 e 5 do artigo 19º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, é nomeada, em comissão de serviço, no cargo de Inspector-Geral das Actividades Culturais a licenciada Maria Paula Marcelino Baptista de Andrade, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessários para o desempenho do cargo em que é investida.

2 — O presente despacho produz efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2007.

28 de Janeiro de 2008. — O Primeiro-Ministro, *José Sócrates Carvalho Pinto de Sousa*. — A Ministra da Cultura, *Maria Isabel da Silva Pires de Lima*.

Síntese curricular

Nome: Maria Paula M Baptista de Andrade
Data de Nascimento: 01/01/1956
Habilitações, carreira e formação profissional:

Licenciatura em Direito, Faculdade de Direito da Universidade Clássica de Lisboa — 1979

Assessora principal da carreira de consultor jurídico do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura
CAGEP — Curso Avançado de Gestão Pública — 2006

Percurso profissional:

De 1975 a 1990 — Experiência profissional desenvolvida no âmbito do sector empresarial privado e da advocacia.

1991 — Assessoria Jurídica da direcção do IPPC-Instituto Português do Património Cultural da Secretaria de Estado da Cultura.

1992 a 1996 — Subdirectora-Geral da Direcção — Geral dos Serviços de Gestão e Organização da Secretaria de Estado da Cultura, desempenhando funções de coordenação e planeamento na concepção, estudo, coordenação e apoio técnico nos domínios da gestão de recursos

humanos, financeiros e patrimoniais, das relações públicas e da documentação e difusão da informação na área da cultura.

1997 — Secretária-Geral Adjunta da Secretaria-Geral do Ministério da Cultura, serviço central do Ministério da Cultura, desempenhando funções de coordenação, concepção, estudo e apoio técnico aos serviços e organismos do Ministério nos domínios de planeamento, gestão de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, organização e modernização administrativa, relações públicas e documentação, bem como de apoio técnico e administrativo aos gabinetes dos membros do Governo da área da cultura.

1997 a 2003 — Subinspectora-Geral da Inspeção-Geral das Actividades Culturais do Ministério da Cultura, substituindo o Inspector-Geral em todas as suas faltas e impedimentos.

Membro do Conselho Administrativo. Funções de colaboração e coordenação das diversas áreas de competência do serviço.

Desde 2003, com renovação de comissão de serviço em 2006 — Inspectora-Geral da Inspeção-Geral das Actividades Culturais do Ministério da Cultura, com funções de planeamento e coordenação de todo o organismo, o qual assegura a tutela fiscalizadora do Governo sobre os direitos de autor e conexos, os espectáculos de natureza artística, e ainda os serviços de inspeção superior e auditoria junto dos órgãos, serviços e demais instituições, dependentes ou tuteladas pelo Ministro da Cultura.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 4165/2008

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, determino que o Consulado Honorário de Portugal em Cebu, criado pelo Despacho conjunto publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 114, de 17 de Maio de 1995, tenha jurisdição sobre todo o território da República das Filipinas e passe a depender da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Jacarta.

16 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 4166/2008

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, determino que as Secções Consulares das Embaixadas de Portugal em Camberra e em Jacarta e o Consulado-Geral de Portugal em Sydney passem a integrar nas suas áreas de jurisdição os territórios seguintes: Secção Consular da Embaixada de Portugal em Camberra:

Fidji
Papua Nova Guiné
Ilhas Salomão
Samoa Ocidental
Vanuatu
Tuvalu
Kiribati
Nauru
Nova Caledónia e Polinésia Francesa
Ilhas Marshall
Palau
Estados Federados da Micronésia
Secção Consular da Embaixada de Portugal em Jacarta:
Brunei
Consulado-Geral de Portugal em Sydney:
Tonga
Tokelau
Niue
Ilhas Cook
Ilhas Pitcairn

16 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 4167/2008

Nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 381/97, de 30 de Dezembro, determino o seguinte:

1 — O território da Lituânia é transferido para a jurisdição da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Vilnius.

2 — O território de Malta é transferido para a jurisdição da Secção Consular da Embaixada de Portugal em La Valeta.

3 — O Consulado Honorário de Portugal em La Valeta é colocado na dependência da Secção Consular da Embaixada de Portugal em La Valeta.

4 — O território da Estónia é transferido para a jurisdição da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Tallinn.

5 — O território da Letónia é transferido para a jurisdição da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Riga.

6 — O território da Eslovénia é transferido para a jurisdição da Secção Consular da Embaixada de Portugal em Liubliana.

16 de Julho de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Despacho n.º 4168/2008

1 — Nos termos do disposto na alínea e) do n.º 5 do artigo 1.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, n.º 4 e 7 do artigo 23.º, alínea b) do n.º 4 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 204/2006, de 27 de Outubro, o quadro a que se refere o n.º 1 do artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 117/2007 de 27 de Abril e alínea a) do n.º 4 do artigo 2.º da Portaria n.º 504/2007 de 30 de Abril, determino que o Conselheiro de Embaixada do Quadro I do Ministério dos Negócios Estrangeiros — pessoal diplomático, João Paulo de Matos Sequeira Berberan e Santos seja nomeado Director de Serviços de Direito Internacional, do Departamento de Assuntos Jurídicos da Secretaria-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

2 — O funcionário é nomeado para o exercício do referido cargo por possuir reconhecida aptidão e experiência profissional adequada, conforme *curriculum vitae*, em anexo.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de Maio de 2007.

15 de Novembro de 2007. — O Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, *Luís Filipe Marques Amado*.

Santos (João Paulo de Matos Sequeira Berberan e) — Nascido em 10 de Junho de 1953, em S. José do Lubango (Angola), concluiu a licenciatura em Direito na Universidade Clássica de Lisboa, em 1977; exerceu funções docentes nos ensinos, preparatório e secundário, entre 1974 e 1977; prestou serviço militar entre 1977 e 1979, tendo sido requisitado para exercer funções, como secretário pessoal, no gabinete da Primeira-Ministra do 5.º Governo Constitucional, Engenheira Maria de Lourdes Pintassilgo; ingressou na Carreira Diplomática, em 1980, tendo sido colocado na Direcção-Geral dos Assuntos Económicos (EAA-África Ásia), como Adido de Embaixada, preenchendo uma vaga de terceiro Secretário; frequentou o estágio, para jovens diplomatas, na Missão de Portugal junto da CEE, em Bruxelas, em 1982, ano em que foi promovido a Segundo Secretário de Embaixada; foi colocado no Departamento de Cifra do MNE, em 1984; ingressou no quadro externo, em 1985, tendo desempenhado o cargo de Secretário de Embaixada, na Delegação Portuguesa junto da CDE (Conferência sobre Medidas Criadoras de Confiança e de Segurança e Desarmamento na Europa), em Estocolmo; em 1986, integrou a Delegação Portuguesa à 3.ª Reunião de Seguimento, no quadro de CSCE (Conferência sobre Segurança e Cooperação na Europa), que teve início, em Viena, nesse mesmo ano; participou nas chamadas Negociações a 22 (Twenty two talks), que conduziram à assinatura da Declaração Conjunta de Não Agressão, em 1990; como membro da Delegação Permanente de Portugal junto das Negociações CSBM e CFE, em Viena, no quadro da CSCE, participou nos trabalhos relativos ao Tratado CFE e CFE1 (Efectivos); foi promovido à categoria de Primeiro Secretário de Embaixada, em 1990; em 1992 integra a Delegação Portuguesa à 4ª Reunião de Seguimento da CSCE, em Helsínquia; no âmbito do exercício da Presidência da União Europeia, exercida por Portugal em 1992, recebeu um louvor escrito do então PM, Professor Aníbal Cavaco Silva, pelo desempenho em Viena e em Helsínquia para onde foi destacado; em Viena participou igualmente, nas actividades do Fórum para a Segurança e Cooperação (FSC), até ser colocado na Secretaria de Estado, em Março de 1993, para desempenhar funções de Chefe de Divisão na Direcção de Serviços da Europa (DSE); integra a Delegação Portuguesa à Reunião da Cimeira de Chefes de Estado/Governo, em Budapeste, em 1994; nesse mesmo ano é promovido à categoria de Conselheiro de Embaixada; designado pelo MNE para acompanhar as Conversas sobre o Pacto de Estabilidade, que decorreram em Bruxelas, nas Reuniões do grupo PESC/OSCE, até Fevereiro de 1996; frequência do 88.º curso de Defesa NATO, em Roma, no primeiro semestre de 1996; tendo sido convidado para o cargo de conselheiro de estudos, após frequência do mesmo; colocado na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas (DGACCP) em 2 de Setembro do mesmo ano; na Missão de Portugal junto do Conselho de Europa, em Estrasburgo, como número dois, em 1 de Julho de 1997, tendo no quadro das actividades daquela organização multilateral, participado no exercício da Presidência Portuguesa da EU, em 2000; Cônsul-Geral em Hong-Kong, de Novembro